

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NEURODIVERGENTE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU: DO DISCURSO À PRÁTICA

Maria Aparecida Lopes Benitez¹

Resumo: O estudo analisa os desafios da educação inclusiva para neuro divergentes em Foz do Iguaçu, destacando a necessidade de transformações sistêmicas. Identifica como principais obstáculos: formação docente insuficiente, políticas públicas frágeis e resistências culturais. A verdadeira inclusão requer mais que adaptações físicas - exige mudanças pedagógicas e sociais. Propõe três eixos de ação: (1) capacitação docente contínua, (2) integração multidisciplinar (saúde/assistência social) e (3) participação ativa da comunidade escolar. Conclui que a superação desses desafios demanda compromisso coletivo, abordagem intersetorial e valorização da diversidade como elemento educativo, com investimentos em pesquisas locais e modelos inovadores de gestão escolar inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva neuro divergente, Reorganização Estrutural, Formação Docente, Políticas Públicas.

EDUCACIÓN NEURODIVERGENTE INCLUSIVA EN LA CIUDAD DE FOZ DO IGUAÇU: DEL DISCURSO A LA PRÁCTICA

Resumen: El estudio analiza los desafíos de la educación inclusiva para personas neurodivergentes en Foz do Iguaçu, destacando la necesidad de transformaciones sistémicas. Identifica como principales obstáculos la insuficiente formación docente, las políticas públicas deficientes y la resistencia cultural. Una verdadera inclusión requiere más que adaptaciones físicas: requiere cambios pedagógicos y sociales. Propone tres ejes de acción: (1) formación docente continua, (2) integración multidisciplinar (asistencia sanitaria/social) y (3) participación activa de la comunidad escolar. Concluye que superar estos desafíos requiere un compromiso colectivo, un enfoque intersectorial y la valoración de la diversidad como elemento educativo, con inversión en investigación local y modelos innovadores de gestión escolar inclusiva.

Palabras clave: Educación Inclusiva Neurodivergente, Reorganización Estructural, Formación Docente, Políticas Públicas.

¹ Graduada em Terapia Integrativa e Complementares, Pedagogia. Pós-Graduada em Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Políticas Sociais e Neuropsicanálise Clínica (UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2464-3193>. E-mail: malbe284264@gmail.com

Introdução

A educação é um direito fundamental de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988. Contudo, de nada adianta possuir direitos se não houver acessibilidade plena para que esses direitos possam ser efetivamente exercidos. Durante a experiência de estágio obrigatório nos anos iniciais da educação infantil e do ensino fundamental, foi possível observar uma série de dificuldades enfrentadas pelos professores no que se refere à metodologia a ser aplicada com alunos neuro divergentes. A falta de compreensão sobre como agir em momentos de crise desses alunos foi um desafio constante. Essa realidade se repetiu também no ensino fundamental, especificamente nos anos iniciais. Diante dessa constatação, acredita-se que seja pertinente realizar o presente estudo, com o intuito de esclarecer e trazer luz à problemática existente no município de Foz do Iguaçu.

Este trabalho está fundamentado na legislação vigente e ancorado em teóricos como Padilla (1999), Sassaki (2005), Mantoan (2003), Strieder (2012, p.84), Bueno (1999), Glat (2007) e em alguns dos conceitos de Vygotsky (1997). A educação inclusiva para alunos neuro divergentes é um princípio essencial para assegurar o direito à educação de todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais. No Brasil, a legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estabelece diretrizes para a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Contudo, apesar dos avanços legais, ainda persiste uma grande lacuna entre o discurso e a prática pedagógica nas escolas. Essa discrepância evidencia desafios estruturais e pedagógicos significativos que dificultam a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva

Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte problemática: quais são os principais desafios estruturais e pedagógicos que impedem a efetivação da educação inclusiva para alunos neuro divergentes em Foz do Iguaçu? E quais estratégias podem ser adotadas para superar essas barreiras no cotidiano escolar?

O objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar os principais desafios enfrentados atualmente na educação inclusiva para alunos neuro divergentes na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Os objetivos específicos são:

- Mapear, por meio de pesquisa quantitativa, os principais problemas na educação de alunos neuro divergentes no município.
- Identificar os desafios enfrentados pelos alunos no ambiente escolar.
- Evidenciar a urgência da reorganização estrutural das escolas para promover uma inclusão pedagógica efetiva.

Este artigo busca refletir sobre os entraves que dificultam a implementação da educação inclusiva para alunos neuro divergentes em Foz do Iguaçu, propondo soluções viáveis para superá-los. Para isso, será utilizada uma abordagem exploratória baseada em fundamentos legais e referenciais teóricos que discutem a inclusão escolar no Brasil, além da análise de uma pesquisa quantitativa desenvolvida pela acadêmica, aplicada nos meses de fevereiro e março do presente ano.

Educação inclusiva: conceitos e desafios

Ter um lugar na escola não significa apenas ocupar uma carteira, usar um uniforme, ter material escolar, merenda ou um professor – embora tudo isso faça parte do acesso à educação. A verdadeira questão é: quem tem lugar na escola? Que papel ocupa nesse espaço? Que tipo de relação vivencia? [...] É necessária uma tomada de posição mais séria e consciente em relação à classe popular.

Quem determina a finalidade do que se ensina? Quem decide o que é importante saber? Quem deve ter acesso a um conhecimento mais amplo? E quem deve saber apenas o mínimo para não se tornar um semi-analfabeto? Afinal, ou se é analfabeto ou se é alfabetizado. Não existe semigravidez, semipobreza, semi-escola, semialfabetização ou semipolitização. As questões permanecem as mesmas: quem deve saber, o quê e para quê? (PADILHA, 1999, p. 10, apud GÓES, 2004, p. 112)

O processo de ensino e aprendizagem não é homogêneo – essa lógica da homogeneidade pode levar o aluno ao fracasso, uma vez que não possibilita a construção do conhecimento e a compreensão do mundo de maneira significativa. A aprendizagem é um processo dinâmico e transitório, que se desenvolve ciclicamente em consonância com a sociedade vigente. No entanto, no âmbito pedagógico, ainda são necessários muitos ajustes e adequações, e, como sociedade, estamos longe de solucionar efetivamente as demandas da inclusão escolar.

A educação inclusiva vai além da simples inserção de estudantes com deficiência em escolas regulares. Segundo Sassaki (2005), a inclusão pressupõe a transformação da escola em um ambiente acolhedor, que valoriza a diversidade e promove a participação de todos. Contudo, a falta de profissionais capacitados para essa nova realidade é alarmante. Durante muito tempo, a sociedade esteve habituada a um sistema educacional excludente e segregador, e essa mentalidade ainda persiste. Infelizmente, essa é uma dura realidade, mas precisa ser enfrentada.

Muito mais do que simplesmente frequentar a escola, o aluno precisa ser assistido de forma adequada dentro desse espaço. A inclusão não se resume apenas a adaptações físicas e questões de acessibilidade, mas também envolve o respeito à individualidade do estudante e a adequação do processo de ensino à sua realidade. Somente assim será possível garantir que ele seja acolhido em sua totalidade.

É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. (MANTOAN, 2003, p. 8)

No entanto, como aponta Mantoan (2003), a inclusão ainda é um desafio não apenas no Brasil, mas também no contexto municipal, onde práticas excludentes e uma cultura escolar homogeneizante ainda persistem. Para que a educação inclusiva se torne uma realidade efetiva, é fundamental uma mudança estrutural e cultural, que ultrapasse a simples adaptação física e alcance a transformação das concepções pedagógicas e sociais.

A necessidade de reorganização estrutural

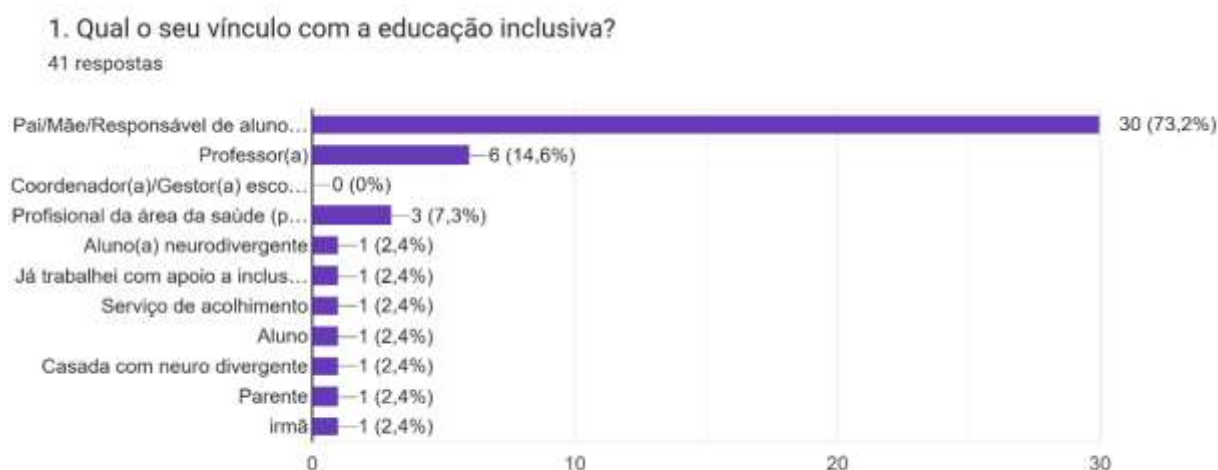
Uma das barreiras iniciais para a inclusão reside na infraestrutura das escolas. Diversas instituições não oferecem acessibilidade física ideal, faltando rampas, sanitários adaptados e espaços de apoio diversificados. Essa problemática surge tanto no país inteiro quanto nas cidades. E nesse contexto a cidade de Foz do Iguaçu não é uma exceção. Algumas escolas contam com modificações, mas outras ainda precisam dessas melhorias. Quanto aos espaços de apoio diversificados, cruciais para o auxílio a alunos neuro divergentes, a situação é ainda mais séria, pois somente uma pequena parcela consegue usar esse suporte.

Ademais, há poucos materiais didáticos feitos para o aprendizado de alunos neuro divergentes. Outro problema importante é a ausência de profissionais com a qualificação adequada, o que dificulta o suporte às necessidades individuais desses estudantes. Como ressalta Bueno (1999), a inclusão demanda investimentos tanto na estrutura física quanto nos profissionais, áreas que ainda precisam de grandes avanços no Brasil e na nossa cidade

Metodologia de construção dos gráficos amostrais

Os gráficos apresentados neste estudo foram elaborados pela autora com base em uma pesquisa quantitativa conduzida junto a pais de alunos da associação solidária às pessoas autistas (ASPAS) do município de Foz do Iguaçu. A coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário estruturado em formato digital, distribuído aos participantes por meio de um link de acesso. Esta abordagem, metodológica permitiu a sistematização e análise estatística dos dados obtidos, viabilizando a representação gráfica dos resultados. A escolha por uma pesquisa quantitativa justifica-se pela necessidade de mensuração objetiva dos fenômenos investigados, enquanto a seleção do público-alvo (pais, alunos, profissionais da educação e saúde e pais do ASPAS) fundamenta-se no critério de pertinência ao objeto de estudo. Foram entrevistadas ao todo 41 pessoas.

Gráfico 1 – Vínculo com a educação inclusiva



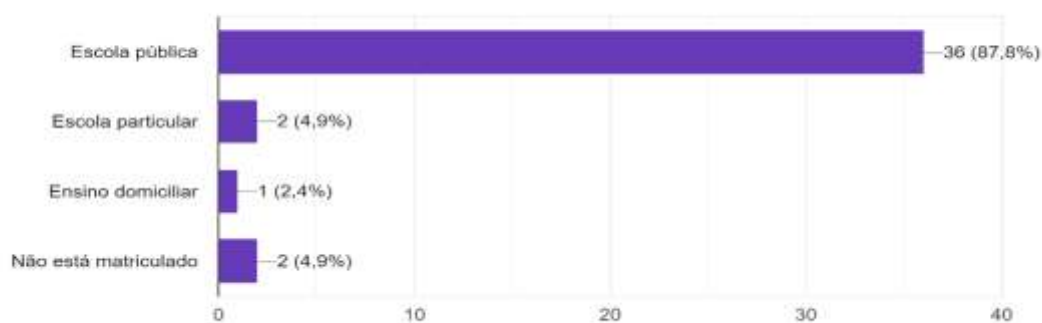
Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse primeiro gráfico é possível observar que a maioria dos participantes são pais de alunos.

Gráfico 2 – Tipo de escola do aluno neurodivergente

2. Em qual tipo de escola o aluno neurodivergente está matriculado?

41 respostas



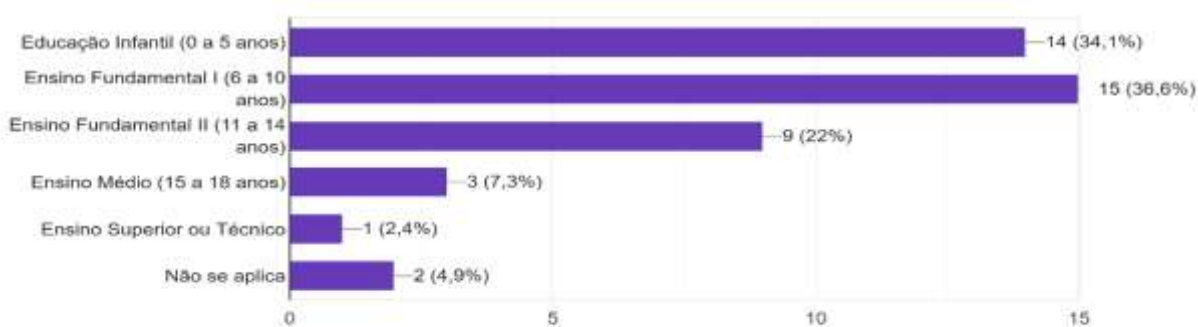
Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse gráfico é possível observar que a maioria dos alunos são da rede pública de ensino.

Gráfico 3 – Faixa etária do aluno neurodivergente

3. Qual a faixa etária do aluno neurodivergente?

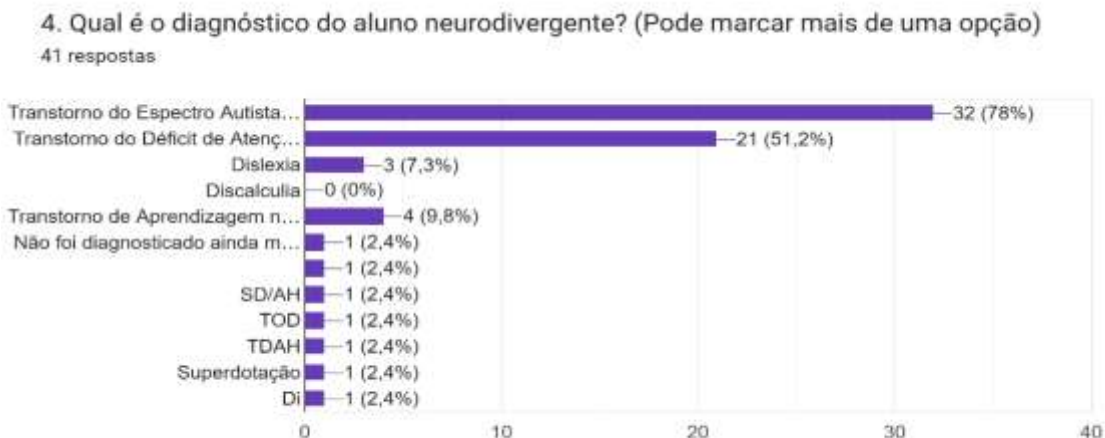
41 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Aqui podemos observar que a faixa etária está entre a educação básica e ensino fundamental anos iniciais.

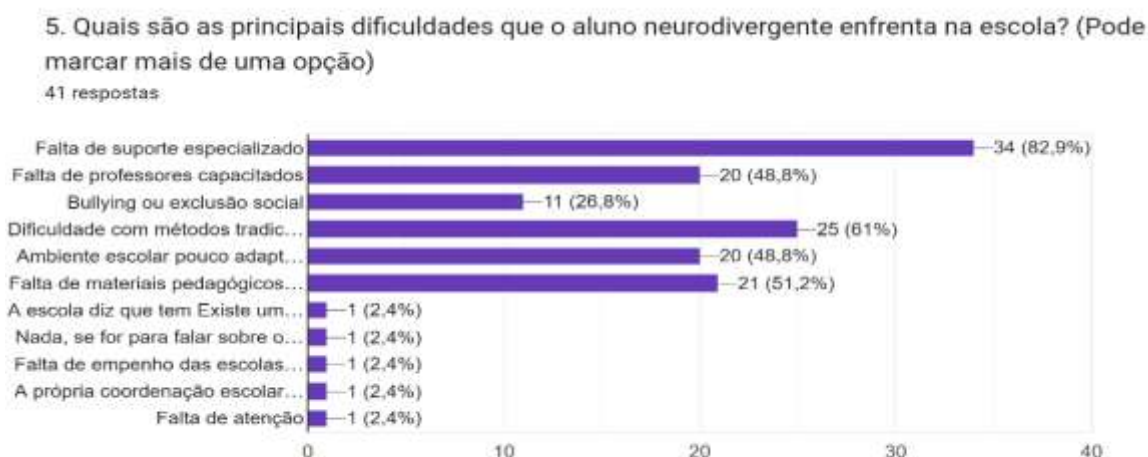
Gráfico 4 – Diagnóstico do aluno neurodivergente



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse gráfico é possível identificar que a maioria dos alunos possuem o TEA. Em segundo lugar está o TDAH.

Gráfico 5 – Principais dificuldades do aluno neurodivergente



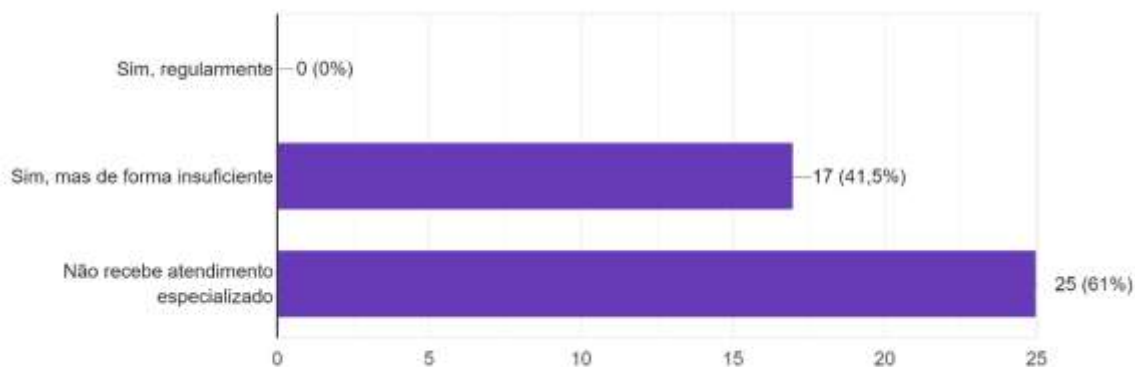
Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse gráfico podemos observar que entre as principais dificuldades enfrentadas, está a falta de suporte especializado, a falta de professores capacitados, em terceiro lugar está o bullying e exclusão social, dificuldade com métodos tradicionais, ambiente escolar pouco adaptado e a falta de material pedagógico aparecem como as principais dificuldades.

Gráfico 6 – Atendimento especializado na escola

6. O aluno neurodivergente recebe atendimento especializado na escola?

41 respostas



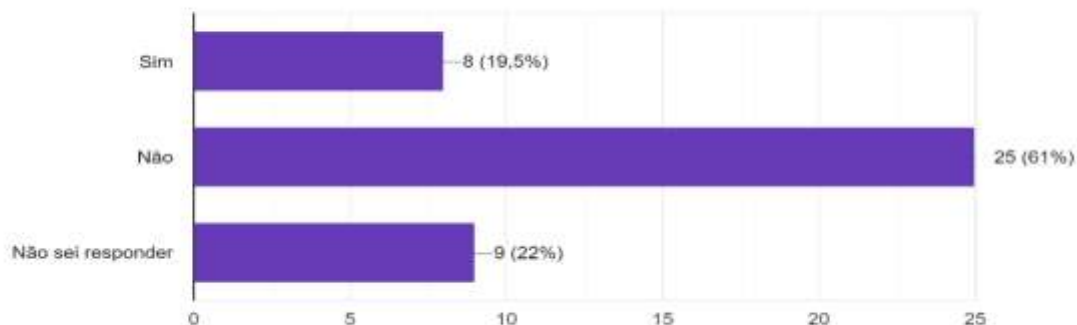
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao acompanhamento especializado, podemos observar que a maioria não recebe.

Gráfico 7 – Plano de Ensino Individualizado (PEI)

7. Existe um Plano de Ensino Individualizado (PEI) para o aluno?

41 respostas



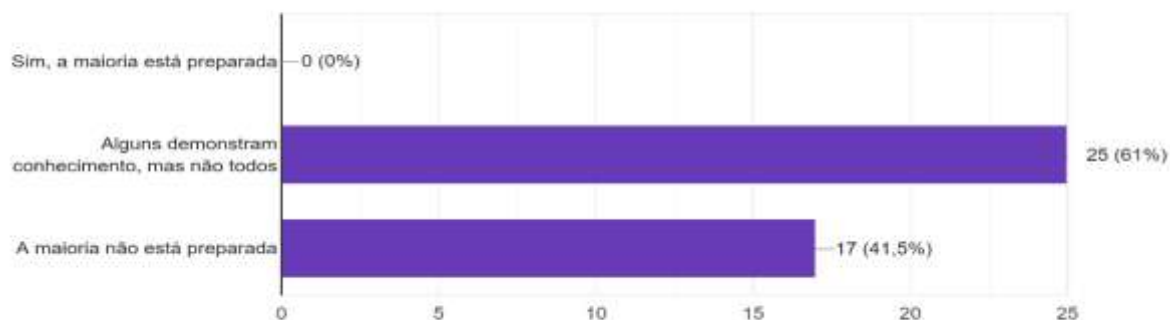
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao PEI, podemos observar que segundo a pesquisa a maioria dos alunos não têm um plano de ensino individualizado.

Gráfico 8 – Conhecimento dos professores

8. Os professores demonstram conhecimento sobre como lidar com alunos neurodivergentes?

41 respostas



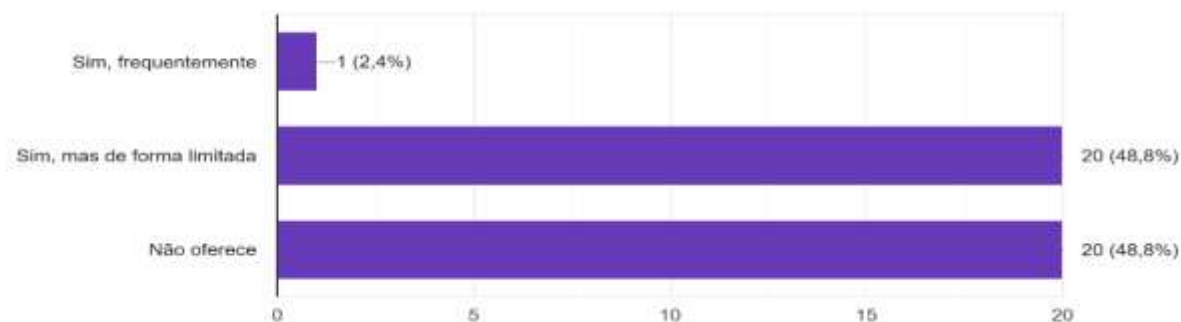
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao manejo dos professores e o conhecimento sobre a abordagem correta a ser aplicada ao aluno neuro divergente, alguns demonstram ter, mas não são todos.

Gráfico 9 – Adaptações curriculares e metodológicas

9. A escola oferece adaptações curriculares ou metodológicas para alunos neurodivergentes?

41 respostas



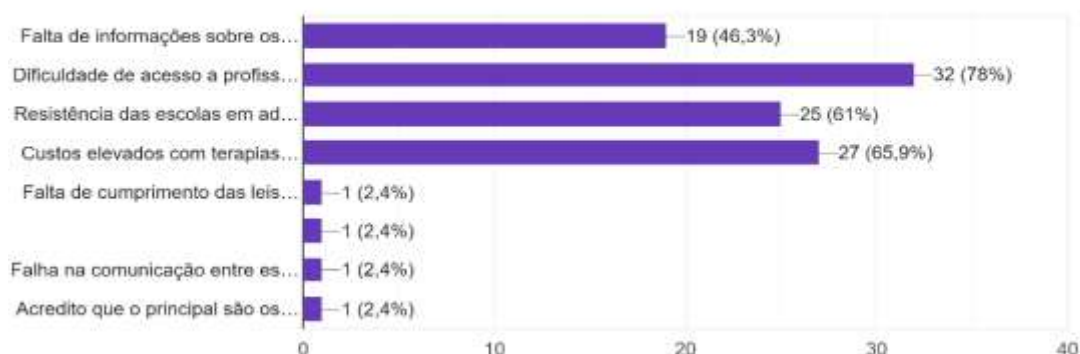
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto às adaptações curriculares, podemos observar no gráfico acima que as adaptações curriculares e metodologias existem, mas de forma limitada.

Gráfico 10 – Principais desafios para os pais ou responsáveis

10. Quais são os principais desafios dos pais ou responsáveis ao buscar uma educação inclusiva? (Pode marcar mais de uma opção)

41 respostas



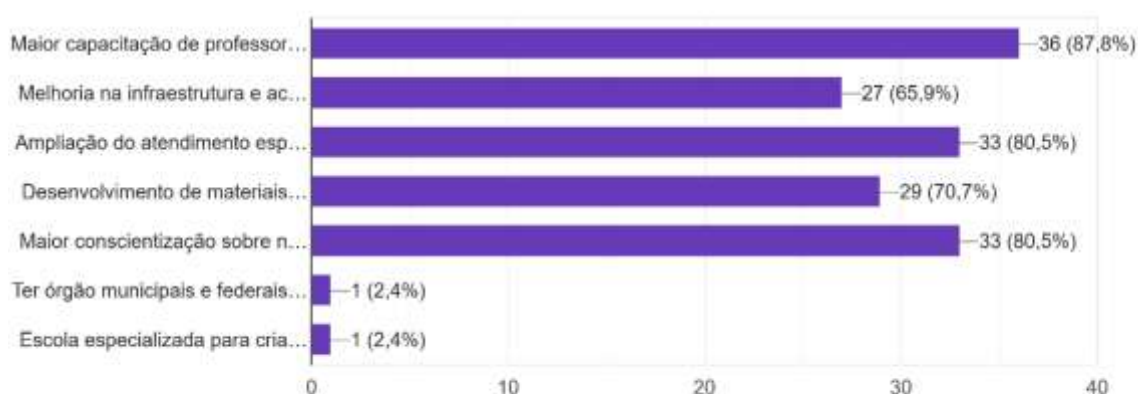
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos maiores desafios encontrados pelos pais no ato de inserir seu filho na educação inclusiva encontram-se: a falta de informação, dificuldade de acesso aos profissionais, resistência das escolas em admitir o aluno, custos elevados das terapias, falta de cumprimento das leis e falha na comunicação.

Gráfico 11 – Possibilidades de melhoria

11. O que poderia ser feito para melhorar a inclusão de alunos neurodivergentes na educação? (Marque as mais importantes)

41 respostas



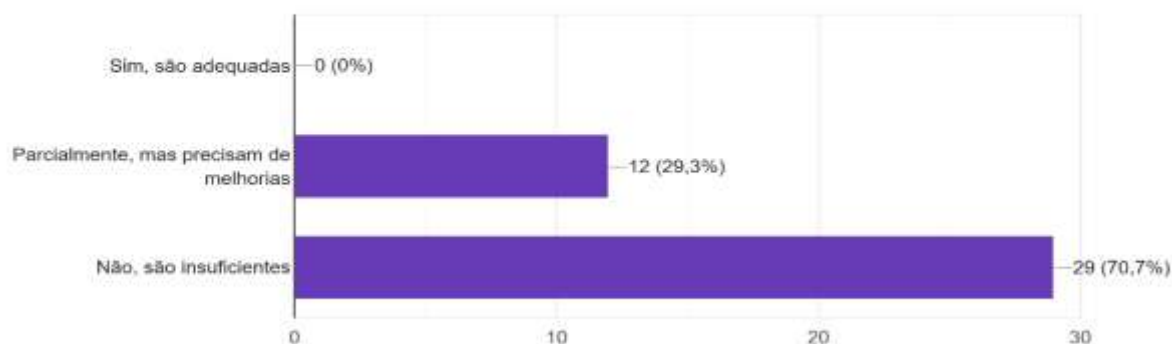
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao que eles acreditam que poderia ser feito para melhorar a inclusão de alunos neuro divergentes citaram: maior capacitação de professores como a principal, melhora na infraestrutura, ampliação dos atendimentos e desenvolvimento de materiais adequados, aparecem como os agentes principais.

Gráfico 12 – Percepção das políticas públicas

12. Você acredita que as políticas públicas em Foz do Iguaçu são adequadas para a inclusão de alunos neurodivergentes?

41 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse gráfico podemos observar que a maioria dos participantes apontam as políticas sociais existentes na cidade de Foz do Iguaçu, como sendo insuficientes e inadequadas para o processo de inclusão do aluno neuro divergente.

Para acolher devidamente alunos com perfis neurológicos diversos, a escola precisa repensar sua estrutura não só em termos físicos, mas adequação metodológica de ensino e preparo dos seus profissionais. Algumas medidas são cruciais:

Infraestrutura e Acessibilidade

- Construir rampas e instalar elevadores para assegurar a locomoção de todos os estudantes.
- Disponibilizar banheiros equipados com barras de apoio e espaço amplo para usuários de cadeiras de rodas.
- Otimizar a iluminação e o som das salas, visando o conforto de alunos com alta sensibilidade sensorial.

- Criar salas de apoio com recursos variados, adequados às diferentes necessidades dos alunos.
- Organizar espaços de relaxamento para estudantes que precisem de pausas durante as aulas.

Adaptação dos Materiais Didáticos

- Priorizar recursos visuais, como pictogramas, e tecnologias assistivas para simplificar o aprendizado.
- Empregar materiais práticos e manipuláveis para estimular o desenvolvimento das habilidades cognitivas.
- Oferecer softwares e aplicativos que auxiliem na comunicação alternativa e aumentativa (CAA).

Qualificação da Equipe Escolar

- Promover cursos constantes para professores e demais profissionais sobre neuro diversidade.
- Oferecer treinamento em métodos pedagógicos inovadores, como metodologias ativas e ensino estruturado.
- Conscientizar a equipe da escola sobre a importância de um ambiente acolhedor e inclusivo.

Métodos de Ensino Inclusivos

- Oferecer ensino personalizado, respeitando o ritmo individual de cada estudante.
- Adotar estratégias de ensino diversificadas, utilizando múltiplos recursos para atender aos diferentes estilos de aprendizado.
- Implementar avaliações flexíveis, que considerem diversas formas de expressão do conhecimento.

Políticas e Administração Escolar

- Definir diretrizes claras para garantir a inclusão e o acompanhamento dos alunos neuro divergentes. Garantir o acompanhamento especializado individual.
- Estabelecer parcerias com profissionais de saúde, como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, para oferecer suporte contínuo.

- Incentivar a participação das famílias no processo educativo, fortalecendo a colaboração entre a escola e a comunidade.

A verdadeira inclusão vai além das adaptações físicas, é preciso transformar cultura da escola para valorizar a diversidade e garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade.

A transformação cultural na escola

Considerando que cada cérebro possui características únicas e que as sinapses ocorrem de maneira individual, cada pessoa manifesta uma forma particular de interpretar, experimentar e interagir com o universo ao seu redor. Tal premissa deveria nortear o aprendizado. Contudo, persiste o hábito de estabelecer comparações generalizadas entre as pessoas, atitude pouco produtiva nesse cenário.

O modelo de ensino tradicional, alicerçado na uniformidade e na competição, não se alinha aos fundamentos da educação inclusiva. De acordo com Glat (2007), a inclusão demanda uma reformulação de pensamento que priorize a pluralidade e estimule a cooperação entre os integrantes do ambiente escolar. Nesta visão, o estudante assume um papel central no aprendizado.

Essa mudança de paradigma envolve a superação de ideias preconcebidas e a implementação de abordagens pedagógicas adaptáveis e inovadoras, que possibilitem a cada aluno aprimorar suas habilidades de maneira individualizada e atenciosa.

A formação docente para a inclusão

Capacitar professores é crucial para implementar a educação inclusiva de verdade. Contudo, como Pimentel (2010) destaca, vários cursos de graduação ainda falham em preparar os futuros mestres para a pluralidade da sala de aula. Frente a isso, é vital investir em aperfeiçoamento constante e em métodos de ensino que respondam às necessidades particulares dos alunos.

Quando se trata de alunos neuro divergentes, é imprescindível que o educador tenha, no mínimo, preparo em Análise do Comportamento Aplicada (ABA), somado à especialização em educação inclusiva e pós-graduação em neuro psicopedagogia. Tal conhecimento é fundamental para suprir as necessidades do novo contexto educacional, assegurando um ensino mais acessível, adaptado e eficiente para cada aluno.

Metodologia

Este texto apresenta os resultados de um levantamento estatístico, planejado e executado entre fevereiro e março de 2025. A investigação feita por meio de um questionário online, envolveu especialistas em educação inclusiva, docentes, responsáveis pelos alunos e discentes neuro atípicos com mais de 15 anos.

A meta desta análise inicial foi compreender e listar as maiores dificuldades que esses alunos enfrentam nas escolas, salientar a importância de uma mudança na organização das instituições de ensino e examinar as ações que a administração pública deve implementar para assegurar uma educação que seja realmente inclusiva.

Adicionalmente à pesquisa prática, recorreu-se à consulta de livros e artigos, fundamentada em autores como Sassaki (2005), Mantoan (2003), Bueno (1999), Glat (2007) e Pimentel (2010), Vygotsky (1929/1997), Strieder (2012), que abordam a educação inclusiva na realidade brasileira. A avaliação seguiu uma perspectiva estatística, visando identificar os obstáculos e as alternativas para a efetivação da inclusão neuro divergente no âmbito escolar.

Análise e discussão

A inclusão enfrenta grandes barreiras, como a falta de locais acessíveis, poucos profissionais e materiais, e alguma resistência dos professores. Esses problemas mostram que precisamos mudar a estrutura e a cultura da educação com urgência. Segundo Strieder (2012, p.84):

A inclusão [...] implica abranger, acolher, cuidar e ajudar [...] toda proposta inclusiva, escolar ou social requer, acima de tudo aprender lidar com as diferenças. Fazê-lo exige primeiramente reconhecer que as diferenças existem [...] Em seguida, precisamos estar dispostos a aceitar, afirmar e valorizar as diferenças.

De acordo com o jornal A Voz do Paraná, a inclusão é parte do ensino na rede municipal, que hoje atende 884 estudantes com deficiências, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e transtornos específicos. Na educação infantil (CMEIs), são 391 alunos com autismo e 46 com outras deficiências. No ensino fundamental (escolas), 284 crianças têm autismo e 163 possuem outras deficiências.

Para se desenvolverem bem, alunos neuro divergentes precisam de acompanhamento de vários profissionais, e as terapias devem ser constantes. O município deve garantir esse apoio, atendendo às necessidades de forma eficiente. Porém, o acesso a esses serviços na cidade ainda é muito difícil. Hoje esse acompanhamento é feito pelo CER IV da nossa cidade, contudo não há profissionais de saúde suficientes e nem equipes completas, o que piora a situação. Hoje, não temos neuropediatras na rede pública, o que dificulta avaliar e acompanhar esses alunos corretamente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o direito ao acompanhamento especializado, mas ele acontece de forma falha. O ECA (Lei nº 8.069/1990) garante educação para todas as crianças e adolescentes, sem preconceito. No artigo 54, o estatuto diz que o Estado deve garantir atendimento especializado aos deficientes, de preferência na escola comum. Assim, as leis brasileiras seguem as regras internacionais que defendem a inclusão como algo essencial para o desenvolvimento das pessoas. Mas só alunos com laudo têm esse direito, e, como faltam profissionais para avaliar, muitos ficam sem diagnóstico e sem ajuda.

É importante resolver esses problemas para que a inclusão seja real na educação e na sociedade, e não apenas uma ideia.

A criança se desenvolve internamente ao aprender, e isso só acontece de verdade quando ela convive e trabalha junto com as outras pessoas ao seu redor. (Vygotsky, 1978, A Formação Social da Mente)

Pensar na inclusão nas escolas não precisa ser um problema gigante, mas sim uma chance de criar lugares onde todos os alunos consigam aprender. A variedade entre as pessoas é algo muito bom, e uma escola que realmente inclui é aquela que valoriza e usa as diferenças como forma de todos crescerem juntos.

Para acabar com o que dificulta a inclusão, é importante investir no treinamento dos professores, arrumar as escolas e conscientizar todos na escola. Além disso, o governo precisa dar o dinheiro necessário para que as práticas de inclusão aconteçam de verdade.

De acordo com o jornal A Voz do Paraná, uma pesquisa mostrou que as escolas da cidade ainda têm salas com vários recursos, usadas fora do horário normal de aula. Nessas salas, há materiais para ensinar, ferramentas pedagógicas e tecnológicas, e coisas que ajudam no acesso, tudo para oferecer um atendimento especial na educação (AEE).

Também existem as classes especiais, onde o professor usa métodos, técnicas e materiais diferentes, dependendo da série e da fase inicial do Ensino Fundamental. Para garantir que todos os alunos com autismo e outras deficiências tenham seus direitos respeitados, a Secretaria da Educação acompanha de perto o trabalho nas escolas e oferece treinamentos para professores e equipes. Quase 20 desses treinamentos já aconteceram este ano.

Porém, tudo isso ainda não é suficiente para atender a todas as necessidades. É preciso fazer mais e investir mais dinheiro no treinamento dos professores e nas adaptações das escolas, para que a inclusão na educação seja uma realidade para todos os alunos.

Considerações finais

Garantir o acesso à educação para alunos neuro divergentes é um direito fundamental que deve ser plenamente cumprido. Para superar os obstáculos presentes nas escolas e no processo de ensino, é necessário um esforço coletivo, com ênfase na capacitação contínua dos professores e na melhoria da rede de ensino, tanto na infraestrutura quanto nas práticas pedagógicas. Esta pesquisa busca contribuir para a melhoria da educação inclusiva em Foz do Iguaçu, identificando as dificuldades enfrentadas e propondo soluções práticas para superá-las.

A educação inclusiva é um desafio complexo que exige a participação ativa de toda a sociedade. Não apenas à nível Brasil, mas também à nível municipal, observamos que muitas vezes o discurso não se traduz em ação, o que revela a necessidade de mudanças não só nas estruturas, mas também na mentalidade. Para garantir uma escola verdadeiramente inclusiva, é fundamental implementar leis que sejam adequadas, investir na infraestrutura das escolas, capacitar os professores e desenvolver metodologias que atendam ao aluno em sua totalidade, promovendo, assim, a equidade no ensino municipal. Só dessa forma conseguiremos garantir uma educação que respeite e valorize as diferenças de cada aluno.

Referências

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.
- BUENO, J. P. M. **A educação de crianças com deficiências**. São Paulo: Cortez, 1999.

FONTE DA PESQUISA GRÁFICOS. Questionário da Autora. Disponível em:
https://docs.google.com/forms/d/1GMvTxWQPelAjf87_3oXkVN9vMB6F2SRJr-nYr7F6I/edit?usp=drivesdk

GLAT, R. **A educação inclusiva no Brasil: da política à prática**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MANTOAN, M. T. **A inclusão escolar: direitos e desafios**. São Paulo: Vozes, 2003.

JORNAL A VOZ DO PARANÁ. Inclusão social nas escolas é reconhecida por pais em Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://www.jornalavozdoparana.com.br/post/59945/inclusao-social-nas-escolas-e-reconhecida-por-pais-em-foz-do-iguacu>

PADILLA, M. F. **Educação e deficiência: a escola possível**. São Paulo: Cortez, 1999.

SASSAKI, R. K. **Educação inclusiva: desafios e perspectivas**. São Paulo: Summus, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RÁDIO CULTURA FOZ. **Incidente envolvendo aluno com TEA revela situação alarmante nas escolas municipais**. Disponível em:
<https://www.radioculturafoz.com.br/2025/03/03/incidente-envolvendo-aluno-com-tea-revela-situacao-alarmanente-nas-escolas-municipais/>

SAPL - Foz do Iguaçu. **Material Legislativo**. Disponível em:
<https://sapl.fozdoiguacu.pr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/31013/1145-2022-ass.pdf>

SED – SC. **Direito à educação segundo a Constituição Federal: inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/ciencias-humanas/especializacao-4/465-direito-a-educacao-segundo-a-constituicao-federal-inclusao-escolar/file>

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Conheça o histórico da legislação sobre educação inclusiva**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>

UNIOESTE. **TEDE**. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7513>